

ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTES À CONSULTA PÚBLICA Nº 01 /2013

IMPORTANTE: As contribuições que não se tratem de alteração no texto da Metodologia, mas sim de Texto onde constem as contribuições e respectivas justificativas, deverão ser feitas por meio desta ficha. No item EXTRATO, deverá constar uma síntese da Nota Técnica, com no máximo 100 palavras. Esta ficha deverá ser preenchida e enviada para o e-mail cnap.consulta@planalto.gov.br. Todas as contribuições serão avaliadas e respondidas de forma consolidada em relatório específico.

NOME/IDENTIFICAÇÃO: PROA – PRATICAGEM DOS RIOS OCIDENTAIS DA AMAZÔNIA LTDA.

CPF/CNPJ: 07.129.509/0001-88

EXTRATO: VALORES EM HORAS

COMISSÃO NACIONAL PARA ASSUNTOS DE PRATICAGEM- CNAP

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS- NOTA TÉCNICA

Na Zona de Praticagem 02, temos o trecho que compreende Manaus a Coari com 240 milhas. Este terminal é exclusivamente operado e de propriedade da PETROBRÁS, sendo esta a maior operadora da ZP. Acontece que os navios que lá operam levam um tempo médio de operação da ordem de 24 horas. Por força de poucos recursos para aquisição de aeronave que possa agilizar o traslado dos Práticos após a atracação, e também por falta de empresas de aviação que contemplem horários adequados de vôos para Coari os Práticos dedicados ao serviço ficam em detenção naquele local aguardando o regresso do navio. Este fato causa grandes transtornos para a Praticagem:

1. Decréscimo do número de Práticos em período de escala na ZP como um todo, pois ficam retidos sem executar as funções de praticagem;
2. Decréscimo da frequência de outros práticos no mesmo trecho de navegação e manobra, uma vez que se fossem substituídos isto aumentaria em 100% esta frequência;
3. Grande volume de horas ali destacados sem a merecida cobertura remuneratória, causando graves distorções nos balancetes da PROA se forem relacionados os valores por hora de serviço;
4. Somente no ano de 2012 foram detidos neste tipo de espera 5.366 (Cinco mil trezentos e sessenta e seis) horas de práticos à disposição do armador, as quais teriam dado de sobra para o atendimento da ZP-2 sem a necessidade de acréscimo de Práticos pela Autoridade Marítima.
5. Os Práticos ao ficarem retidos em espera ficam sujeitos aos riscos de operações de carregamento de petróleo e GLP, sem serem treinados para situações de emergências desta natureza. Isto contraria a NR16 do Ministério do Trabalho e certamente seria um questionamento de entidades seguradoras, na situação de sinistro e perda da vida de profissionais Práticos nestas condições.

Mediante tais explanações solicito providências e soluções para este problema de cunho Amazônico, devido às distâncias continentais, à falta de recursos, à falta de interesse da PETROBRÁS em contemplar o transporte dos Práticos etc.

